

**Fator**

CCJ aprova parecer  
pela extinção  
da regra

3

**Sindicalismo**

Sustentação financeira  
e estabilidade do  
dirigente

4 e 5

**6ª Marcha**

Evento revela  
maturidade do  
movimento sindical

6 e 7

**Aposetadoria  
Integral**

Comissão Especial  
aprova PEC 270/08;  
texto vai ao Plenário

11

## Fator e reajuste: a solução é o acordo

**O** ano de 2009, apesar da crise, poderá entrar para a história como um dos mais importantes para os assalariados brasileiros, caso se confirme a resolução de três reivindicações dos trabalhadores e aposentados: a política de recuperação do salário mínimo, a garantia de aumento real aos aposentados e pensionistas do INSS e a revisão do fator previdenciário. Parte destas conquistas, entretanto, dependerá de acordo entre o Governo, as centrais sindicais e a confederação dos aposentados – Cobap.

A política de recuperação do salário mínimo, com aumento real correspondente ao PIB de dois anos anteriores ao reajuste anual, com vigência até 2011, bem como a determinação em lei de que haverá política de valorização do mínimo no período de 2012 a 2023, nos termos de lei a ser encaminhada ao Congresso até março de 2011, parecem um compromisso inarredável do presidente da República, que virá com ou sem acordo.

A concordância na sociedade, no governo e na oposição sobre a extensão de aumento real para aposentados e pensionistas, cujos benefícios superem um salário mínimo, ainda que haja divergência quanto aos percentuais, é um precedente importantíssimo, que precisa ser transformado em lei enquanto existe essa disposição.

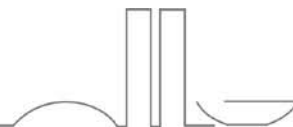
A oposição, no período em que foi governo, era contra qualquer aumento real aos aposentados. Agora, radicaliza e exige o mesmo percentual a ser dado ao

salário mínimo, que vai além da proposta dos aposentados e das centrais, que reivindicam 80% de aumento real.

O outro tema, a extinção pura e simples do fator previdenciário, entretanto, provoca divergências no governo, em parcela da oposição e até em setores do movimento sindical. Os motivos são distintos. O governo aceita a flexibilização do fator, mas rechaça sua mera revogação. A oposição, especialmente o PSDB, tem resistência à simples revogação, mas provavelmente votará pela extinção para forçar o desgaste do governo com o veto presidencial. E as entidades sindicais desejam e lutam pela revogação, mas sabem que se não negociarem uma alternativa, o Presidente vetará. Trata-se de um dilema.

Neste cenário é possível antecipar que o Governo tomará a iniciativa de editar uma medida provisória assegurando o aumento real do mínimo, nos termos do projeto em tramitação no Congresso, e estenderá aos aposentados e pensionistas do INSS mais de 50% do ganho real a ser dado ao mínimo. Porém não existe nenhuma garantia sobre a flexibilização do fator sem acordo, embora seja praticamente certo que se confirmaria com uma lei que simplesmente o revogasse.

A melhor solução, portanto, seria um acordo no qual fosse possível consolidar as três conquistas, cujas condições para implementação estão dadas.



**Publicação do DIAP  
Departamento Intersindical de  
Assessoria Parlamentar**

**BOLETIM DO DIAP**  
Ano XVI - Nº 233 - Novembro/Dezembro de 2009

Publicação mensal do DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar  
SBS - Edifício Seguradoras - Salas 301/7  
70093-900 - Brasília-DF  
**Fones:** (61) 3225-9704/9744  
**Fax:** (61) 3225-9150

**Supervisão**

Ulisses Riedel de Resende

**Edição**

Viviane Ponte Sena

**Redação**

Alysson Alves, André dos Santos,  
Antônio Augusto de Queiroz,  
Marcos Verlaime e Viviane Ponte Sena

**Página:** www.diap.org.br

**Endereço eletrônico:** diap@diap.org.br

**Diagramação**

Fernanda Medeiros

**Fone:** (61) 3321-8200

**Impressão:** Stephanie Gráfica e Editora

**CONSELHO DIRETOR DO DIAP**

**Presidente:** Celso Napolitano  
(Sinpro/SP e Fepesp)

**Vice-presidentes:**

José Augusto da Silva Fialho (CNTC)  
Wellington Teixeira Gomes (Fitee)  
Aramis Marques da Cruz (Sindicato Nacional dos Moedeiros)  
Antônio de Lisboa Amâncio Vale (Sinpro/DF)  
João Batista da Silveira (Saae/MG)  
Lúcio Flávio Costa (CNPL)

**Superintendente:** Epaminondas Lino de Jesus (Sindaf/DF)

**Suplente:** Carlos Cavalcante de Lacerda (CNTM)

**Secretário:** Wanderlino Teixeira de Carvalho (FNE)

**Suplente:** Ricardo Nerbas (Sintec/SP)  
**Tesoureiro:** Izac Antonio de Oliveira (Fitee)  
**Suplente:** Jacy Afonso de Melo (Seebb/DF)

**Conselho Fiscal  
Efetivos**

Jânio Pereira Barbosa (Senge/DF)  
Itamar Kunert (Sindicato dos Administrados de Santos/SP)  
José Aquiles de Almeida (CNTEEC)

**Suplentes**

José Edmilson Maciel (CSPB)  
José Caetano Rodrigues (CNTS)  
Clóvis Matoso Vilela Lima (Febrad)

## CCJ aprova regulamentação da contribuição assistencial

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou, em 14 de novembro, o PLS 248/06, do senador Paulo Paim (PT/RS), que regulamenta a cobrança da taxa assistencial pelos sindicatos.

O texto vai ao exame do plenário. Caso seja aprovado, segue para apreciação na Câmara dos Deputados.

Durante a reunião, o senador Antonio Carlos Junior (DEM/BA) solicitou pedido de vista para poder analisar a matéria. Porém, o autor do projeto argumentou que a proposição já tinha sido aprovada em outras comissões e não havia mais o que ser discutido. Além disso, a matéria não tem caráter constitucional.

Atendendo ao pedido de Paim, o senador Antonio Carlos Junior

retirou o pedido de vista e a matéria foi deliberada no colegiado.

É importante lembrar e destacar o trabalho do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST) e outras entidades sindicais para a aprovação da matéria. Desde o início da tramitação do projeto, o FST trabalhou incansavelmente por sua aprovação.

A votação do parecer da relatora, Lúcia Vânia (PSDB/GO), foi simbólico.

O projeto de lei já havia sido apreciado e aprovado pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS).

A proposição regulamenta a cobrança da taxa assistencial em favor dos sindicatos por ocasião da assinatura dos acordos e convenções coletivas de trabalho.

## Senado cria blog para esclarecer informações incorretas ou imprecisas

O Senado lançou um blog com informações sobre as ações da Casa e esclarecimentos acerca de notícias que considera incorretas ou imprecisas publicadas na mídia. A página entrou no ar no dia 3 de novembro.

A iniciativa lembra o caso do blog da Petrobras, que causou polêmica ao questionar matérias veiculadas na imprensa.

Além da página da Casa, a Presidência do Senado possui

um espaço similar, que rebate pontos equivocados divulgados em matérias jornalísticas.

Os primeiros textos destacam ações do Senado, mas também apresentam esclarecimentos sobre matérias publicadas nos jornais O Estado de S.Paulo e Correio Braziliense, no dia 23 de outubro, que tratam da administração da Casa.

O blog é aberto a comentários, mas é necessário que os internautas se cadastrem na página.

# Fim do fator previdenciário é confirmado na CCJ da Câmara

No dia 17 de novembro, por unanimidade, os membros da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara aprovaram o PL 3.299/08, do senador Paulo Paim (PT/RS), que acaba com o fator previdenciário, dispositivo que diminui o valor de aposentadorias.

O parecer do relator, deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica jurídica da proposta e seus apensados. O texto ainda precisa ser aprovado pelo plenário.

Há um grande impasse em torno do projeto. Tudo indica que não será votado neste ano, pois o Governo é contra o fim do fator previdenciário.

## **ALTERNATIVA AO FATOR**

A aprovação do substitutivo de Faria de Sá só se concretizou com a retirada do julgamento de inconstitucionalidade apresentado pelo deputado Pepe Vargas (PT/RS), relator da proposta na Comissão de Finanças e Tributação. O projeto ainda não foi votado neste colegiado.

O deputado José Genoíno (PT/SP) afirmou que é pelo fim do fator previdenciário, mas que é necessária uma alternativa ao mecanismo criado no Governo de Fernando Henrique Cardoso. Ele informou que essa alternativa está sendo discutida entre o Governo, centrais sindicais e a bancada governista.

## **CENTRAIS UNIFICAM DISCURSO**

As centrais sindicais - CUT, For-

ça Sindical, UGT, Nova Central, CGTB e CTB - e entidades representativas dos aposentados superaram as divergências e chegaram a uma proposta unitária quanto ao índice de reajuste das aposentadorias para os próximos anos.

Outro ponto de consenso entre as centrais, que se reuniram no dia 23 de novembro, em São Paulo, é o fim do fator previdenciário.

*O parecer do relator, deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica jurídica da proposta e seus apensados. O texto ainda precisa ser aprovado pelo plenário*

Na reunião, dirigentes sindicais deixaram clara a preocupação em dar continuidade às jornadas unitárias, a exemplo das marchas à Brasília, quando o sindicalismo expõe à Nação os itens principais da agenda sindical.

A proposta consensual consiste em:

- defender a imediata aprovação da política permanente de recuperação do salário mínimo, até 2023, com base no INPC do ano anterior, mais a variação do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos anteriores;

- defender ainda uma política permanente de recuperação dos benefícios das aposentadorias e pensões com valores superiores ao salário mínimo, com base na variação do INPC do ano anterior, acrescido de 80% do PIB de dois anos anteriores;

- e ainda reunificar a posição das centrais pelo fim do fator previdenciário, contra a exigência de idade mínima para aposentadorias e contra a adoção da chamada média curta para o cálculo das aposentadorias.

## **ACORDO**

A previsão dos dirigentes é que se chegue a um consenso com o Governo ainda esse ano, para que o índice combinado seja aplicado no começo de 2010, quando acontece também o reajuste do salário mínimo, em 1º de janeiro.

Os presidentes das centrais também acertaram a realização de uma marcha unitária, antes do Dia 1º de Maio, para reforçar a luta pela redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas.

A atividade integrará o calendário da Jornada Nacional de Lutas. A proposta será fechada dia 20 de janeiro, quando será definida a data da passeata.



# Sindicatos: sustentação e estabilidade

Marcos Verlaine\*

Com o advento da lei que regulamentou o funcionamento das centrais sindicais, em 2008, o movimento sindical ganhou novo impulso e tem dado saltos de qualidade em sua intervenção social em defesa dos trabalhadores.

Porém, dois problemas perduram e precisam ser resolvidos o quanto antes para que o movimento sindical - sobretudo na base, nos sindicatos - melhore sua intervenção e protagonismo político.

O primeiro diz respeito ao financiamento ou sustentação financeira dos sindicatos. O segundo refere-se à estabilidade do dirigente sindical.

Estes dois problemas têm colocado o movimento sindical em xeque e numa defensiva, pois a instabilidade financeira aliada à instabilidade do dirigente fazem com que as entidades funcionem em bases muito precárias.

Desse modo, o movimento sindical - centrais, confederações, federações e sindicatos - precisa atuar para superação desses problemas históricos da estrutura sindical brasileira.

Dois projetos de lei em discussão no Senado podem contribuir, se aprovados, para superar essas deficiências do movimento sindical. Ambos são de autoria do senador Paulo Paim (PT/RS).

## SUSTENTAÇÃO FINANCEIRA

O projeto que trata da sustentação financeira é o PLS 248/06, que já foi aprovado pelas comissões temáticas do Senado e, agora, aguarda votação no plenário.

*Na luta de classes, sindicatos enfraquecidos são reféns e presas fáceis na disputa entre o capital e o trabalho.*

*Por isso, os empresários não têm interesse na aprovação de projetos que garantam sustentabilidade às entidades sindicais*

O projeto regulamenta a cobrança, pelos sindicatos, da taxa assistencial em razão da assinatura da convenção ou acordo coletivo de trabalho. Pelo projeto, após a assinatura da convenção coletiva, os sindicatos poderão cobrar da categoria até 1% da remuneração bruta anual do trabalhador em atividade.

Segundo o projeto de Paim, "a contribuição assistencial, destinada ao financiamento da

negociação coletiva e de outras atividades sindicais, será descontada compulsoriamente de todos os trabalhadores e servidores membros da categoria profissional, sindicalizados ou não, conforme prerrogativa prevista na alínea 'e' do artigo 513 desta consolidação, e na alínea 'c' do artigo 240 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990".

Este "percentual de contribuição assistencial devido, a ser creditado para a entidade sindical representativa, e a forma de rateio serão fixados por assembleia geral dos trabalhadores", determina o projeto.

Ademais, fica "vedada a fixação de percentual de contribuição superior a 1% da remuneração bruta anual do trabalhador em atividade".

A aprovação deste projeto de lei dará sustentabilidade às entidades, que poderão atuar mais efetivamente para que as relações de trabalho no País melhorem em favor dos trabalhadores.

É sempre bom lembrar que os empresários têm atuado no Senado para protelar a aprovação desta matéria, pois entendem, numa compreensão refinada da luta de classes, que sindicatos enfraquecidos são reféns e presas fáceis na disputa entre o capital e o trabalho.

## ESTABILIDADE DO DIRIGENTE SINDICAL

Resgatar a estabilidade para todos os diretores que com-





põem as direções sindicais, inclusive para os membros do conselho fiscal das entidades, é fundamental para melhorar a intervenção do sindicato e do dirigente que, se não estiver na executiva da entidade, corre o risco de ser demitido, por não ter estabilidade.

Isto tem funcionado como um verdadeiro garrote contra os sindicatos e os dirigentes sindicais. Sob ameaça de demissão, nenhum trabalhador vai arriscar seu emprego e/ou carreira para atuar no sindicato. Essa constatação dificulta a renovação das direções sindicais e arrefece a luta reivindicatória dos trabalhadores.

Para solucionar essa mazela, está em discussão no Senado o PLS 177/07, que veda a dispensa do empregado sindicalizado ou associado que concorrer a cargo de direção ou conselho fiscal ou de representação, incluindo os suplentes, desde

o registro da candidatura até um ano após o término do mandato.

O projeto já foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável do senador José Nery (PSol/PA). Agora, aguarda apreciação de recurso para votação da matéria no plenário do Senado.

Ao justificar a iniciativa, o senador Paim argumenta que "a realidade nos mostra que, infelizmente, inúmeros dirigentes sindicais têm sido demitidos por exercer as atividades para as quais foram eleitos, ou seja, representar os trabalhadores entre os empregadores ou na sociedade civil".

E arremata: "Esta é uma atividade necessária para a preservação dos direitos da classe trabalhadora".

Assim, aprovar os dois projetos nas duas casas do Congresso poderá contribuir sobremodo

para enraizar os sindicatos na sociedade como legítimos defensores dos trabalhadores.

A compatibilidade entre a estabilidade financeira e a estabilidade do dirigente contribuirá para que o movimento sindical brasileiro ingresse em nova e alvissareira fase da luta por melhores condições de vida para a classe trabalhadora.

Para serem aprovados, será necessária mais pressão do movimento sindical no Senado Federal. Pressão que o Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST) e todas as entidades que o compõem têm exercido mais efetivamente entre os senadores, inclusive nos estados de origem dos parlamentares.

O movimento sindical precisa "abraçar" estes dois projetos e aprová-los no Congresso, pois estão na ordem do dia dos trabalhadores.

*(\*) Jornalista, analista político e assessor parlamentar do Diap*

## **Procuradores municipais: PEC está na comissão especial**

Foi constituída, no dia 30/11, a Comissão Especial que vai analisar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 153/03, do deputado Maurício Rands (PT/PE). A matéria cria a carreira de Procurador Municipal que, por um lapso constitucional, não prevê a carreira destes agentes públicos.

Por sua vez, a Carta Magna

estabelece a existência de Procuradores nos Estados e no Distrito Federal. Em resumo, a proposta de Rands regulamenta a existência desse ramo da advocacia pública no âmbito dos municípios.

A partir do dia 30 de novembro, data de constituição da comissão especial, começou a contar o prazo de 40 sessões

do plenário da Câmara para a análise da proposta, e de dez sessões para a apresentação de emendas no colegiado. Em seguida, após aprovação na comissão especial, a PEC 153/03 deverá ser votada em dois turnos no plenário da Câmara. A PEC é considerada aprovada se alcançar, em cada uma das votações, o mínimo de 308 votos favoráveis.



# 6ª Marcha da Classe Trabalhadora reúne mais de 30 mil em Brasília

No dia 11 de novembro, a 6ª Marcha da Classe Trabalhadora chamou atenção de quem passava pelo centro de Brasília. Organizado pelas centrais sindicais - CUT, Força Sindical, NCST, CTB, UGT e CGTB - o evento reuniu mais de 30 mil trabalhadores e trabalhadoras de todo Brasil.

Os manifestantes saíram a pé do estacionamento do Estádio Mané Garrincha, seguiram pelo Eixo Monumental e caminharam até o Congresso Nacional, onde foi realizado um ato político.

Além de trabalhadores, a marcha contou com a participação de representantes de movimentos sociais, da UNE (União Nacional dos Estudantes) e do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), estreante na mobilização promovida pelas centrais sindicais.

Também compareceram ao ato político parlamentares que apóiam a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, reivindicação prioritária da marcha.

## AGENDA DA MARCHA

Principal atividade no calendário das centrais sindicais, a marcha ocorre anualmente.

Na 6ª edição, além da redução da jornada de trabalho, são reivindicadas da marcha: valorização do salário mínimo com aprovação do PL 1/07; ratificação das convenções 151 da OIT, negociação no serviço público; e 158, proibição da demissão imotivada; retirada dos

projetos de lei de terceirização - PL 4.302/98 e PL 4.330/04; aprovação da PEC 438/01, fim do trabalho escravo; e, ainda, o marco regulatório do pré-sal.

## PRESSÃO SOBRE O CONGRESSO

Durante o ato político, o presidente da Força Sindical, deputado Paulo Pereira da Silva (PDT/SP), explicou aos trabalhadores as reivindicações e disse que "é preciso pressionar o Congresso e que os presidentes das centrais iriam pedir ao presidente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal um compromisso para votar estes projetos".

O presidente da CUT, Artur Henrique, falou sobre as consequências da aprovação de cada item da pauta da classe trabalhadora, em especial a valorização do salário mínimo.

"Mais de 20 milhões de brasileiros vivem com um salário e dependem dos deputados federais e senadores na recuperação do mínimo até 2023, fazendo com que isso não seja uma política apenas do atual Governo, mas de Estado", defendeu.

Para Wagner Gomes, presidente da CTB, a mobilização é muito importante para avançar na conquista pela redução da jornada, medida que irá gerar mais de dois milhões de empregos, além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida para toda a população.

"Foi muito importante essa manifestação para pressionar a

aprovação da redução da jornada de 44 para 40 horas. Mas não podemos nos esquecer da importância em manter a unidade do movimento sindical".

O presidente da UGT, Ricardo Patah, defendeu o fim do fator previdenciário. "Além dos temas que nos são caros, como a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, defenderemos com todo nosso empenho a extinção do fator previdenciário, pois o consideramos um golpe nos interesses dos aposentados e pensionistas que contribuem, enquanto trabalham, e são lesados na hora da aposentadoria", afirmou o dirigente.

José Calixto Ramos, presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), lembrou da consideração e confiança que os dirigentes depositam no presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB/SP). Calixto alertou que as centrais também estão empenhadas em "buscar uma solução para a situação dos aposentados do País".

O presidente da CGTB, Antonio Neto, também conferiu credibilidade à palavra do deputado Michel Temer. "O presidente da Câmara é um forte aliado", ratificou.

A 6ª marcha das centrais sindicais revela a maturidade do movimento sindical e tem sido utilizada como um forte e eficiente instrumento de pressão para obter conquistas para a classe trabalhadora e a sociedade brasileira. Nos discursos, os dirigentes sindicais destacaram como vitória



a união das centrais em torno de assuntos de interesse comum dos trabalhadores.

### **REUNIÃO NA CÂMARA**

Em audiência com o presidente da Câmara, deputado Michel Temer, os dirigentes sindicais pediram que o parlamentar estimasse uma data para votação em plenário da PEC 231/95, que reduz de 44 para 40 horas semanais a jornada de trabalho.

A proposta foi aprovada em comissão especial no dia 30 de junho deste ano.

Durante a reunião, o deputado Paulo Pereira da Silva (PDT/SP) reconheceu que o presidente Temer já fez mui-

to pelos trabalhadores, mas o aconselhou: "você pode fazer mais". O parlamentar do PDT reforçou o pedido de agilidade na inclusão da proposta na pauta de votações.

### **VOTAÇÃO SEM DATA**

O presidente da Câmara elogiou a atuação dos dirigentes sindicais. Para Temer, o Poder Legislativo "trabalha sob pressão". Ele lembrou que, em seu mandato, já recebeu mais de cinco vezes os representantes dos trabalhadores. "Isso é muito positivo".

Apesar do apelo das centrais sindicais, Temer não agendou a votação da PEC 231/95. "Não dá para marcar uma data". No entanto, o presidente da Câmara

se comprometeu em mediar negociações entre trabalhadores e empresários. "O meio termo não é impossível", concluiu.

Com uma agenda apertada, o presidente do Senado, José Sarney (PMDB/AP), apenas recebeu a pauta da delegação de sindicalistas, que estavam acompanhados pelo senador Paulo Paim (PT/RS).

Os dirigentes sindicais pediram atenção ao PDS 819/09, que ratifica a Convenção 151 da OIT (negociação coletiva no serviço público). O projeto está sob análise da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde a relatoria foi distribuída ao senador Geraldo Mesquita Junior (PMDB/AC).

## **Convenção 151: projeto vai ser relatado pelo senador Geraldo Mesquita**

O Projeto de Decreto Legislativo do Senado (PDS) 819/09 foi distribuído ao senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB/AC) na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O PDS 819 aprova, com ressalvas, os textos da Convenção 151 e da Recomendação 159, da Organização Internacional do Trabalho, ambas de 1978, sobre as Relações de Trabalho na Administração Pública.

A matéria será examinada inicialmente pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, antes de ir a voto no

plenário do Senado. Se for aprovada nestas duas instâncias decisórias da Casa, em seguida será promulgada pelo Congresso.

Se houver uma forte pressão por parte do movimento sindical no Senado é possível aprovar ainda este ano a matéria.

O projeto foi aprovado pelo plenário da Câmara dos Deputados em 1º de outubro. Na Câmara, o projeto tramitou como projeto de decreto legislativo (PDC) 795/08.

### **PAUTA TRABALHISTA**

A Convenção 151 é parte in-

tegrante da "pauta trabalhista" aprovada pelas centrais sindicais e apresentada ao presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB), em maio passado.

Compõem ainda essa agenda: a proposta (PEC 231/95), que reduz a jornada semanal de trabalho de 44 para 40 horas, sem redução de salário, com acréscimo de 75% sobre a hora extra normal; o fim do fator previdenciário (PL 3.299/08); a Convenção 158, da OIT, que trata da demissão imotivada; a retirada do projeto de terceirização (PL 4.302/98); e a punição do trabalho escravo (PEC 438/01).



# Presidente da Câmara cria comissão para debater jornada

O presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB/SP), criou uma comissão formada por parlamentares, representantes do setor empresarial e dos sindicatos dos trabalhadores para debater a proposta de emenda à Constituição (PEC) 231/95, que reduz a carga de trabalho semanal de 44 para 40 horas semanais.

Em reunião realizada no dia 19 de novembro, Temer assinalou que a comissão tem o objetivo de proporcionar um consenso entre os dois grupos sobre a redução. O deputado Armando Monteiro (PTB/PE), presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), afirma que a comissão vai abrir o diálogo sobre um tema espinhoso.

"Não existe, no entanto, qualquer perspectiva de acordo em torno da PEC", apesar de ter ressaltado que os empresários estão abertos ao diálogo.

"Não se deve colocar em votação uma matéria tão longe de consenso, em que há uma grande distância de posições, mas é salutar o exercício do diálogo", declarou Monteiro. O deputado acrescenta ainda que é função do Parlamento promover esse diálogo, mas lamenta que não haja sequer propostas alternativas.

O presidente da CNI desta-

cou que, pelo grande impacto nos custos das empresas, a PEC vai ampliar a informalidade, que já atinge metade dos trabalhadores brasileiros.

Ele voltou a defender a redução da jornada de trabalho apenas por negociação coletiva entre empresários e trabalhadores, caso a caso, e não por imposição legal, que no entendimento do presidente da CNI, "ignora as peculiaridades regionais e entre os diversos setores da atividade produtiva".

## TRABALHADORES

Para o deputado Vicentinho (PT/SP), a discussão do tema em uma comissão abre a possibilidade de se votar a PEC no plenário em breve.

"A notícia mais importante é o fato deles, mesmo discordando, concordarem em começar um processo de negociação. Nesse sentido, o presidente Michel Temer está de parabéns, nós temos nossos limites como representantes dos trabalhadores, mas ainda falta muito a fazer".

Para o presidente da Câmara, é importante acabar com o impasse que pode até mesmo atrapalhar o setor produtivo brasileiro.

"A Câmara dos Deputados prestaria um grande serviço se conseguíssemos mediar essa negociação sem nenhum conflito. Essas negociações muitas vezes

aparecem quando há passeatas, etc, aparecem como conflito entre as duas classes. E são as classes que produzem no País".

Temer acrescenta que é preciso compatibilizar esses interesses.

"Daí minha percepção e convicção de que é preciso dialogar muito para que não se deixe que uma das partes apenas se manifeste, ou que as duas se manifestem em permanente litígio. Nós temos de deixar que as duas se manifestem com vistas a uma convergência, e não a uma divergência", conclui o presidente.

## TRAMITAÇÃO E INTEGRANTES

A proposta, que também aumenta a remuneração da hora extra de 50% para 75% sobre o valor da hora trabalhada, está pronta para votação em plenário, mas os parlamentares acreditam que as discussões vão se estender até o começo de 2010.

Integram a comissão, que voltará a se reunir entre 10 e 15 de dezembro, além de Monteiro, os deputados Eduardo Sciarra (DEM/PR) e Guilherme Campos (DEM/SP), representantes do empresariado; e, pelas lideranças sindicais dos trabalhadores, os deputados Paulo Pereira da Silva (PDT/SP), Vicentinho (PT/SP), Paulo Rubem Santiago (PDT/PE), Roberto Santiago (PV/SP) e Chico Alencar (PSol/RJ).



# PLC 280/09: projeto que exige nível superior para lecionar já está no Senado

**T**ramita na Comissão de Educação do Senado o projeto de lei (PLC 280/09), que torna obrigatório o diploma de nível superior para a docência na educação básica, inclusive educação infantil e a primeira etapa do Ensino Fundamental.

O PLC 280 tramita em ritmo acelerado. A proposta, já aprovada na Câmara, resulta de dois outros projetos de lei: o PL 3.971/08, da deputada Ângela Amin (PP/SC), e o PL 5.395/09, do Poder Executivo.

A proposta apresentada pelo Executivo em junho de 2009 previa a formação do professor em nível superior, mas admitia também o curso Normal em nível médio para a docência na educação infantil.

Prevaleceu, contudo, a proposição da deputada Ângela Amin, que só autoriza a contratação de professor formado em nível médio na educação infantil e nas "quatro séries iniciais do ensino fundamental" (sic) onde comprovadamente não houver professor formado em nível superior.

Mas a redação certamente será alterada. É que a senadora Fátima Cleide (PT/RO), escolhida para relatar a matéria na Comissão de Educação, é também autora de uma longa emenda que altera radicalmente o projeto de lei.

Sua proposta não se limita a definir a formação mínima dos

professores, mas também dos demais trabalhadores que atuam na educação básica.

*A proposta apresentada pelo Executivo em junho de 2009 previa a formação do professor em nível superior, mas admitia também o curso Normal em nível médio para a docência na educação infantil*

A senadora restitui o curso de formação em nível médio como habilitação mínima para a regência na educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental (essa habilitação também poderia ser feita em nível superior, nos cursos de Pedagogia).

Para os professores do 6º ao 9º ano e do ensino médio, seria exigida licenciatura plena "preferencialmente em áreas de conhecimento integradas".

A emenda também dispõe que

os "gestores" das escolas devam garantir condições para a formação permanente durante o horário de trabalho; proíbe os cursos à distância de formação inicial ou continuada e institui a "residência educacional", com duração de 800 horas em 200 dias.

## **DIREITO ADQUIRIDO**

O artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) permite a regência na educação infantil até o 5º ano mediante habilitação em nível médio ou em cursos de nível superior.

Lá no finalzinho, no Capítulo das Disposições Transitórias, a LDB dispunha que a partir de 2007 só seriam admitidos "professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço" (artigo 87, parágrafo 4º).

A polêmica gerada pela dubiedade da lei foi definitivamente encerrada em 2003, com o Parecer 1/03, do Conselho Nacional de Educação, que garantiu o direito de lecionar a todos os professores portadores de diploma em curso Normal de nível médio.

Ainda que o Congresso opte pelo fim dos cursos de formação em nível médio, é preciso ficar atento a um ponto crucial: o direito adquirido dos professores formados no Magistério de nível médio, que hoje estão legalmente habilitados a lecionar.

(Fonte: Fepesp - Federação dos Professores do Estado de São Paulo)



## **Comissão de Educação do Senado aprova 14º salário para professores**

O substitutivo ao projeto de lei (PLS 319/08), que cria o 14º salário para os profissionais da educação básica da rede pública de ensino, foi aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte em 10 de novembro.

O projeto é do senador Cristovam Buarque (PDT/DF) e teve como relator o senador Marconi Perillo (PSDB/GO), autor do substitutivo aprovado.

De acordo com o projeto, para ter direito ao 14º salário em dezembro, os profissionais da educação básica pública

precisam elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de sua escola em pelo menos 50%.

O benefício também será pago aos profissionais que alcançarem o Ideb igual ou superior a sete. O projeto ainda estabelece que o pagamento do 14º salário deverá ocorrer até o final do semestre subsequente ao da publicação dos resultados do Ideb.

Na discussão do projeto, Cristovam explicou que a medida não cria competição entre os professores, pois serão beneficiados todos os docentes da es-

cola que cumprirem a exigência de elevação do Ideb.

"O que vai ocorrer é uma cobrança de uns professores sobre os outros", disse, citando como exemplo a pressão que deverá ocorrer sobre professores que faltam muito e que, com esse comportamento, poderão prejudicar os demais.

A proposta segue para exame das comissões de Assuntos Econômicos (CAE), e de Assuntos Sociais (CAS), respectivamente. Nesta última, a matéria será examinada em regime terminativo.

## **Congresso promulga PEC que acaba com a DRU na educação**

O Congresso Nacional promulgou, no dia 11 de novembro, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 96-A/03, da senadora Ideli Salvatti (PT/SC), que acaba com a incidência gradativa da Desvinculação das Receitas da União (DRU) sobre os recursos do Governo destinados à educação. Trata-se da Emenda Constitucional 59/09.

De acordo com a nova emenda, a partir de 2011, a educação terá cerca de R\$ 9 bilhões, por

ano, para investir na universalização da pré-escola e do ensino médio.

A alíquota, que era de 20%, cai para 12,5% no exercício de 2009 e 5% em 2010, não havendo mais a incidência sobre esses recursos a partir de 2011.

Hoje, a DRU retira 20% dos recursos destinados à educação que são provenientes de arrecadação de tributos e contribuições federais.

Pela atual Constituição, em seu artigo 212, a União deve aplicar, anualmente, na manutenção e desenvolvimento do ensino, nunca menos de 18%, e os estados, o Distrito Federal e os municípios 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos provenientes de transferências.

A proposta assegura também o direito ao Ensino Básico gratuito para as pessoas de 4 a 17 anos, que atualmente é de 7 a 14 anos idade.



## PEC 270/08: aprovado substitutivo que garante aposentadoria integral

**A** comissão especial que analisa a PEC 270/08, que trata da aposentadoria por invalidez do servidor público aprovou, em 11 de novembro, o parecer do relator, deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP).

O substitutivo permite a integralidade e a paridade aos servidores aposentados por invalidez permanente.

Entre outras medidas, o substitutivo altera a data limite de ingresso no serviço público para aqueles que serão beneficiados pela PEC.

Ao invés de 16 de dezembro de 1998, como prevê o texto original, o relator foi além definindo como data de ingresso até 31 de dezembro de 2003 - data em que foi publicada a emenda da reforma da Previdência.

### PROPOSTA ORIGINAL

De acordo com a PEC 270/08, proposta apresentada pela deputada Andreia Zito (PSDB/RJ), todos os aposentados por invalidez permanente, em razão de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada

em lei, a partir de 2004, e que tenham ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998, passarão a receber proventos integrais, com o direito aos mesmos reajustes concedidos aos servidores da ativa (paridade).

Esses aposentados perderam esse direito após a aprovação da reforma da Previdência, em 2003, promulgada como Emenda Constitucional 41.

Agora, a proposta será votada em primeiro turno no plenário da Câmara.

## PLP 8/03: demissão imotivada; empresários querem derrotar substitutivo

Os empresários estão mobilizados e demonstram muita disposição para impor um revés aos trabalhadores. As sessões na Comissão de Trabalho têm sido bastante tumultuadas e o movimento sindical corre risco de sofrer uma grave derrota. A CNI (Confederação Nacional da Indústria) articula e pressiona o colegiado para aprovar o voto em separado do deputado Luiz Carlos Busato (PTB/RS) contra o substitutivo do deputado Roberto Santiago (PV/SP) ao PLP 8/03, que trata da demissão imotivada.

Diante da derrota anunciada, o relator pediu para que o projeto fosse retirado de pauta. Os empresários incluíram a matéria numa "extra-pauta" a fim de aprovar o voto em separado para arquivá-la matéria, já que Santiago fez melhorias consideráveis em favor dos trabalhadores.

A CNI decidiu investir pesado para arquivar o projeto. Trate-se de decisão capitaneada pelo seu presi-

dente, deputado Armando Monteiro Neto (PTB/PE).

Diante deste fato, o movimento sindical tem que disputar o projeto e aprovar o substitutivo do deputado Roberto Santiago, que é contra o voto em separado de Busato, declaradamente empresarial-patronal.

### SUBSTITUTIVO

No substitutivo, Santiago melhorou o texto do projeto original, pois tomou alguns cuidados para que o artigo 10, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) não fosse revogado.

O referido artigo do ADCT determina que "até que seja promulgada lei complementar a que se refere o artigo 7º, I, da Constituição" fica mantida multa de 40% sobre o FGTS; manutenção da estabilidade dos eleitos para as Cipas, das gestantes, licença-paternidade e cobrança das contribuições aos sindicatos de trabalhadores rurais.

"A proposição visa equilibrar as relações de trabalho. Coloca freios moderados no direito patronal de despedir, permitindo a despedida apenas quando caracterizado o justo motivo objetivo ou subjetivo", argumenta o relator.

E segue: "o primeiro, relacionado com as circunstâncias econômicas, financeiras e tecnológicas da empresa. O segundo, relacionado com o desempenho insuficiente do empregado ou o descumprimento dos seus deveres para com o empregador".

"O projeto prevê a inversão do ônus da prova, visto que o empregador dispõe de informações e de elementos capazes de tornar justificada a dispensa e, quando caracterizada pelo juiz a despedida arbitrária, faculta-se a reintegração no emprego com o pagamento dos salários do período de afastamento ou, a critério do empregado, a condenação do empregador na obrigação de pagar-lhe uma indenização", argumenta Santiago em seu voto.

# Começo de balanço

*João Guilherme Vargas Netto\**

**E**stamos terminando o ano com um saldo muito positivo de resultados na luta contra a crise, em defesa dos empregos e com reajustes salariais significativos. Estes resultados estão associados de maneira indissolúvel a três fatores: mobilização, unidade de ação e capacidade estratégica.

É ocasião de realizarmos balanços aprofundados das lutas do ano inteiro que, a bem da verdade, começaram nos fins de 2008 quando foram tomadas as primeiras medidas práticas de enfrentamento da crise, sem temor paralisante.

O balanço poderá revelar, aqui e ali, fragilidades a serem superadas e servirá para prepararmos o nosso movimento para os grandes embates de 2010, ano eleitoral e de Copa do Mundo.

Desculpando-me antecipadamente por erros e omissões. Relembro alguns dos grandes acontecimentos do ano que está terminando e registro algumas menções elogiosas.

A CTB, CUT, Força Sindical e Nova Central realizaram congressos nacionais fortes, representativos e orientadores. Em cada um, com suas peculiaridades, demonstrouse a força unitária que congrega os dirigentes e os ativistas, causando admiração às delegações estrangeiras visitantes.

Grandes categorias fizeram seus congressos estatutários ou ocasionais; relembro os da Contag, que elegeu nova diretoria, os dos metalúrgicos de São Paulo e São Bernardo, dos comerciários de São Paulo, dos engenheiros e o da unificação da Fenattel.

*As centrais sindicais reafirmaram sua disposição de luta unitária. Não sei contar o número de reuniões realizadas entre elas e delas com autoridades nacionais e internacionais*

Houve também inúmeras reuniões de grande significado mobilizatório e qualificador; quero mencionar o seminário da CNTM com seus advogados e especialistas em direito, realizado em Belo Horizonte, e o primeiro seminário da recém-fundada CNTU, sobre os serviços públicos, em São Paulo.

As manifestações de massa

aconteceram em todo o Brasil, contra os juros altos e em defesa do emprego, pelas 40 horas e em comemoração do 1º de maio; 2009 foi um ano de pés no chão e de inúmeras idas a Brasília e ao Congresso Nacional.

As centrais sindicais reafirmaram sua disposição de luta unitária. Não sei contar o número de reuniões realizadas entre elas e delas com autoridades nacionais e internacionais. Menciono apenas a delegação unitária em visita à OIT, em Genebra, que teve grande repercussão e já provoca efeitos nas relações institucionais do movimento.

A maior vitória: o reajuste de 12,05% do salário mínimo em fevereiro, em plena crise, com aumento real de 6,39%.

Destaque especial para o Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba que organizou e garantiu a melhor campanha salarial de categoria e criou, por deliberação unânime de sua diretoria, o Fundo de Greve reservando para tal 10% de todas as receitas sindicais.

Melhor comunicador: Agência Sindical.

Personalidade sindical do ano: Paulinho da Força.

*(\*) Membro do corpo técnico do Diap e consultor sindical de diversas entidades de trabalhadores em São Paulo*